



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA/CE, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS NS. 53 E 69, DE 27 DE SETEMBRO E DE 04 DE OUTUBRO DE 2012, DA LAVRA EXCELENTÍSSIMA DESEMBARGADORA EDITE BRINGEL OLINDA ALENCAR, CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de 2012, às 09:00 horas, na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Pacatuba-CE, de entrância intermediária, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar, **Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto**, o Juiz Titular, **Dr. Cláudio Ibiapina**, o Diretor de Secretaria **Francisco Antônio da Silva**, bem como os demais servidores lotados no juízo, realizou-se a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar – Dr. Francisco Jaime Medeiros Neto - informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização.

O Juiz Corregedor Auxiliar acima nominado, após conferir os dados inseridos no Formulário de Inspeção, Correição e Visita - FICOVI, passou a examinar os processos físicos em curso na Primeira Vara da citada Comarca. Foram inspecionados, ainda, os livros e demais papeis de expediente da Secretaria da Unidade, bem ainda as instalações e estrutura física do prédio que sedia a referida Secretaria.

Pelo Juiz Titular da Unidade foi informado que o Conselho da Comunidade acha-se instalado em perfeito funcionamento.

Quanto aos feitos da execução penal: em regra geral, não há homologação judicial quanto ao cálculo das sanções penais aplicadas aos agentes. Ademais, nas mencionadas guias de recolhimento, não se registrou a expedição do atestado de

de

h



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

pena a cumprir em favor do reeducando, conforme determina a lei. Não se deflagrou o procedimento administrativo relacionado com a análise da concessão ou não de indulto e comutação da pena privativa de liberdade, tendo em vista o Decreto nº7.648 de 21 de dezembro de 2011. RECOMENDAÇÃO: o magistrado deverá homologar formalmente a liquidação das penas privativas irrogadas aos agentes, nos termos da LEP. Deverá expedir, ainda, o atestado de pena a cumprir, mormente porque a omissão acarreta severas penalidades ao agente. Por fim, rígido controle deverá ser empreendido no tocante à omissão da análise dos benefícios do indulto e da comutação da pena privativa de liberdade;

As ações penais em curso no módulo: não se constatou irregularidade quanto à prisão provisória de pessoa. Ao contrário, as ações tramitam regularmente, com especial destaque àquelas relacionadas com presos provisórios. Verificou-se, todavia, que alguns dos mandados de prisão expedidos pela unidade não indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, contrariando expressa recomendação do CNJ sobre o tema. RECOMENDAÇÃO: sugere-se a correção da omissão com referência ao prazo de validade nos mandados de prisão. Para tanto, o douto magistrado deverá examinar, de forma individualizada, eventual ordem de prisão expedida, constando formalmente o prazo de validade no instrumento. Às recomendações acima, houve o fiel comprometimento do Magistrado e dos servidores da Unidade em regularizá-las doravante.

Os feitos relativos à infância e juventude tem tramitação regular, muito embora não se observe a prioridade absoluta que lhes destinou a Constituição Federal (art. 227) e o Estatuto da Criança e do adolescente (Arts. 4º e 152, parágrafo único), sendo que, neste aspecto, houve, igualmente, o comprometimento do Magistrado e dos servidores da Unidade em, doravante, observarem fielmente o referido Meta-Princípio da absoluta Prioridade na tramitação dos aludidos feitos.

sgo

P

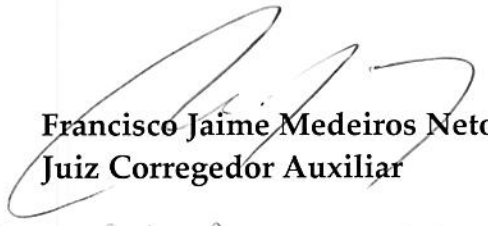


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

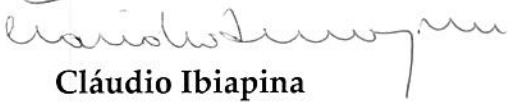
Foram, outrossim, ministradas recomendações diversas, em especial quanto à observância e cumprimento das Metas e Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, às 17:30 horas do mesmo dia, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, pormenorizando a inspeção realizada nesta Unidade Judicial, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e as providências que poderão ser adotadas.


E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo juiz corregedor auxiliar, juiz em atuação no módulo, diretor de secretaria e demais servidores lotados na Secretaria da referida Vara.



Francisco Jaime Medeiros Neto
Juiz Corregedor Auxiliar



Cláudio Ibiapina
Juiz de Direito titular da 1ª Vara
da Comarca de Pacatuba



Francisco Antônio da Silva
Diretor de Secretaria